

MEMÓRIAS DO ROSÁRIO CANTADO E CONTADO: histórias de vida e afrografias do Reinado entre Rainhas, Mestras e Mães Negras

Leonam Maxney Carvalho¹

Jéssica Moreira da Silva²

Fernanda de Souza Vilela³

Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho⁴

Luiza Mendes Odilon⁵

RESUMO

Apresenta-se resultados parciais do Projeto “Memórias do Rosário cantado e contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG Chamada 09/2024). Objetiva-se a valorização das histórias de vida de Lideranças das Culturas Afro-Brasileiras de Minas Gerais. O principal questionamento é: Como as histórias de vida destas lideranças femininas negras do século XXI podem ser reconstruídas sob perspectivas positivas? As mulheres participantes deste trabalho ocupam lugar de liderança e destaque entre suas comunidades tradicionais, localizadas nos municípios de Carmo do Cajuru e Divinópolis. As principais fontes desta pesquisa são os depoimentos orais, feitos por meio de rodas de conversa. As metodologias utilizadas se baseiam na História Oral, na Tecnologia Social da Memória, na Cartografia Esquizodramática e na Sociopoética. Já foram estabelecidos contatos com estas mulheres e consolidados conhecimentos sobre suas histórias de vida. Ao perceber o quanto suas vivências estão atravessadas pelas devoções à Nossa Senhora do Rosário, pelo Reinado, estes atravessamentos passaram a ser eixo central de análise. Foram registradas 9 conversas individuais e uma coletiva, advindas de 8 destas mulheres. O encontro coletivo foi realizado com três delas. Suas narrativas estão em análise. Estão programados oito encontros coletivos para 2025. Este processo em torno das narrativas destas mulheres valorizam as suas

¹ Professor de História da África e Ensino de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Divinópolis. Coordenador do Projeto Memórias do Rosário cantado e contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG - FAPEMIG Edital Nº 09/2024. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Relações Étnico-raciais Quilombo e Tehey Pataxoop (QTP). E-mail: leonam.carvalho@uemg.br.

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais / Unidade Divinópolis; Pesquisadora bolsista do Projeto Memórias do Rosário cantado e contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG - FAPEMIG Edital Nº 09/2024 e membra do Grupo de Pesquisa sobre Relações Étnico-raciais Quilombo e Tehey Pataxoop (QTP). E-mail: jessica.1699812@discente.uemg.br.

³ Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais / Unidade Divinópolis; Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental de Alta Performance pela Faculdade Iguaçu; Pós-graduanda em Esquizodrama, Esquizoanálise e Análise Institucional pela Faculdade Faciência / Instituto Gregorio Barembliitt - PR/MG; pesquisadora do Projeto Memórias do Rosário cantado e contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG - FAPEMIG Edital Nº 09/2024, e membra do Grupo de Pesquisa sobre Relações Étnico-raciais Quilombo e Tehey Pataxoop (QTP). E-mail: psicologafernandavilela@gmail.com.

⁴ Mestre em Filosofia, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UFMG- MG, Professora de Antropologia e Sociologia na UEMG – MG, professor colaborador no Projeto Memórias do Rosário cantado e contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG - Edital 09/2024 FAPEMIG. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Relações Étnico-raciais Quilombo e Tehey Pataxoop (QTP), E-mail: tatiana.maciell@uemg.br.

⁵ Graduada em Psicologia, UEMG – MG, voluntária no projeto “Memórias do Rosário cantado e contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG” - Edital 09/2024 FAPEMIG. E-mail: luisa.1699718@discente.uemg.br.



histórias de vida, opiniões, culturas, religiosidades, vozes, musicalidades e corporeidades, principalmente porque é construído junto com elas, reconstruindo histórias dos povos negros brasileiros, afro-descendentes e africanos, sob perspectiva deles próprios. Tudo, portanto, em consequência e em conformidade com as Leis 10.639/2003, 11.645/2008, a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE nº 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Palavras-chave: Reinado, História Oral, Relações Étnico-Raciais, Afro-cartografia, Sociopoética.

1. INTRODUÇÃO - Travessias e afrografias⁶ entre fé, corpo e memória

O Rosário pulsa. Canta, reza e dança. É na vibração desse canto — entre o som dos tambores e a cadência dos corpos — que se inscreve o presente estudo, parte do projeto “Memórias do Rosário Cantado e Contado: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção com as histórias de fé e vida em Divinópolis-MG”, contemplado pela FAPEMIG – Edital 09/2024 - FORTALECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA NA UEMG E UNIMONTES. A proposta nasce do encontro entre a universidade e o território do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, espaço de ancestralidade, religiosidade e resistência das culturas afro-brasileiras. No centro desse projeto estão mulheres negras — mestras, capitãs, rainhas e lideranças — cujas trajetórias ressoam como arquivos vivos da memória coletiva.

O principal questionamento que orienta esta escrita é: como as histórias de vida dessas mulheres podem ser reconstruídas sob perspectivas positivas, de modo a reverter as narrativas coloniais que as reduziram à margem da história?

Aqui, o que se busca não é apenas registrar memórias, mas ativá-las como força viva, devolvendo-lhes presença, dignidade e autoria.

A escrita se faz, portanto, como travessia entre fé e pesquisa, entre o gesto e o pensamento. Inspirada nas metodologias da História Oral, da Tecnologia Social da Memória, da Cartografia Esquizodramática e da Sociopoética, esta pesquisa-intervenção assume o compromisso de co-criar com as participantes — e não sobre elas — um

⁶ O conceito de *Afrografias* foi formulado por Leda Maria Martins (2002) para designar modos de inscrição e escrita da memória afro-brasileira que se realizam por meio do corpo, do canto, do gesto e do ritual. Em *Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário do Jatobá*, a autora propõe compreender os ritos e festas negras como textos performáticos, nos quais se escrevem memórias e saberes ancestrais fora da lógica colonial da escrita. As *afrografias* são, assim, marcas da presença africana e afrodescendente na história, inscritas nas práticas cotidianas e espirituais — uma escrita viva que tensiona os limites entre oralidade, performance e arquivo (MARTINS, 2002).



território de escuta, de criação e de restituição simbólica.

Como lembra bell hooks (2019), *“escrever é também um ato de libertação coletiva, quando feito a partir das vozes que a história tentou silenciar”*. Cada encontro com essas mulheres revela modos outros de pensar e sentir o mundo, onde a fé é também política, e o corpo, arquivo da história.

O Reinado, nesse contexto, é compreendido como território-clínica⁷: espaço onde o cuidado se expressa no canto, no batuque e na coletividade. O campo não se limita à observação — é ato de presença e gesto ético-estético que reconhece as tradições negras e femininas como matrizes de conhecimento, espiritualidade e invenção.

Dessa forma, o artigo pretende contribuir para o debate sobre educação das relações étnico-raciais e políticas de memória, em conformidade com as Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e a Resolução CNE nº 01/2004, afirmando a centralidade das epistemologias afro-brasileiras na produção de ciência e de subjetividade.

Defendemos que a escuta horizontal e a coautoria com Mestras, Rainhas e capitãs do Rosário produzem uma tecnologia social do cuidado capaz de reordenar o que conta como conhecimento na escola. Chamamos esse arranjo de modo Rosário: uma pedagogia do sensível que integra fé, corpo e território e opera como política de memória e de formação docente. Ao tornar o Reinado um laboratório público de educação das relações étnico-raciais, aportamos uma proposta replicável em contextos escolares que buscam deslocar o extrativismo acadêmico para práticas de reparação simbólica e curricular.

Sustentamos que as histórias de vida de mulheres negras do Reinado configuram uma epistemologia do cuidado e da memória viva. Propomos o conceito de modo Rosário como prática pedagógica e política de re-existência, tendo como objetivo geral valorizar e analisar as histórias de vida de mulheres negras lideranças do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, compreendendo-as como práticas de cuidado, memória e resistência, a partir de metodologias participativas e decoloniais. Aprofundado nas especificidades de escutar e registrar as narrativas de fé, vida e ancestralidade das

⁷ Clínica com (k) é a concepção de cuidado que deriva da ideia de *desvio criador* (*klinamen*, termo de origem epicurista retomado por Deleuze e Guattari), indicando o movimento que escapa ao determinismo e abre espaço para o novo. A *klinica*, nesse sentido, não se restringe à terapêutica, mas é um campo de invenção ético-estético-política que acolhe o desvio, o acaso e o encontro como forças de transformação coletiva.



mulheres do Reinado, reconhecendo-as como produtoras de saber, interpretar as experiências corporais, espirituais e políticas dessas lideranças a partir das categorias emergentes da pesquisa-intervenção (fê-como-cuidado, corpo-arquivo e feminilidades insubmissas), construir coletivamente dispositivos de restituição simbólica, como rodas de conversa, materiais audiovisuais e devolutivas comunitárias, assegurando a coautoria das participantes, contribuir para o fortalecimento de políticas educacionais e culturais decoloniais, que reconheçam o Reinado como território pedagógico e epistemológico afro-brasileiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensar as memórias do Reinado é pensar o tempo em espiral: o passado que retorna para reinventar o presente. Essa noção de temporalidade viva se aproxima daquilo que Suely Rolnik (2018) chama de “*vida não cafetinada*” — um modo de existir que resiste à captura capitalista do sensível e afirma a potência dos corpos em movimento.

A História Oral, base desta pesquisa, não é mero registro de lembranças, mas um dispositivo de re-existência. Como afirma Alberti (2013), “a memória é uma forma de ação política”. Ao escutar as narrativas dessas mulheres, a fala torna-se método, o corpo texto e o canto — documento. Essa metodologia amplia a noção de fonte histórica, ao legitimar a memória, a subjetividade e os saberes de sujeitos e grupos invisibilizados pela historiografia tradicional.

Segundo Paul Thompson (1992, 2002), a História Oral “dá voz aos que foram esquecidos pela história oficial”, permitindo uma visão plural do passado. Já Alessandro Portelli (1997, 2010) enfatiza que a memória não é apenas uma reprodução de fatos, mas sim uma interpretação carregada de significados, fundamental para entender a relação entre experiência e identidade.

No Brasil, a História Oral se consolidou nas décadas de 1970 e 1980, articulando o diálogo com a produção internacional e com os desafios sociais e políticos do país. Paul Thompson (1992, 2002) defende seu caráter democratizador ao valorizar as vozes de grupos marginalizados, enquanto Alessandro Portelli (1997, 2010) destaca que seu valor está no significado atribuído pelo narrador, e não apenas no fato relatado. José Carlos Sebe Bom Meihy (1994, 2005) sistematizou a metodologia no contexto



brasileiro, diferenciando modalidades como história de vida, temática e tradição oral.

Verena Alberti (2005) enfatiza os aspectos metodológicos e éticos da entrevista; Ecléa Bosi (1994) compreende a memória como construção identitária e cultural; e Hebe Mattos (1998, 2005, 2013) torna-se referência ao revelar, por meio da oralidade, dimensões subjetivas e coletivas da luta por liberdade — demonstrando como os depoimentos de ex-escravizados e seus descendentes são fontes essenciais para compreender a história sob a ótica dos próprios sujeitos subalternizados.

Assim, a História Oral assume papel central na reconstrução das memórias populares, negras e indígenas, configurando-se como ato político de resgate e legitimação das vozes silenciadas pela história oficial.

No entrecruzamento com a Tecnologia Social da Memória (Nogueira, 2016), a oralidade é tratada como tecnologia ancestral, capaz de rearticular laços comunitários e promover processos de reparação simbólica. A memória, aqui, não é arquivo morto, mas processo vivo de transmissão de saberes, que se atualiza em cada gesto, dança e reza.

A Cartografia Esquizodramática, por sua vez, deriva das práticas criadas por Gregorio Barembliitt (2002; 2012) e desenvolvidas nas experiências do Instituto Gregorio Barembliitt (IGB), em diálogo com Deleuze e Guattari (1980) e com a tradição latino-americana da Análise Institucional. Trata-se de uma metodologia que une corpo, cena e pensamento, convidando os sujeitos a dramatizar o vivido e produzir análise coletiva.

No campo do Reinado, essa abordagem se reinventa como cartografia afetiva da fé, onde cada canto e gesto atua como analisador dos atravessamentos entre o sagrado, o político e o cotidiano. Fundada na escuta e na presença — dimensões essenciais no trabalho com comunidades tradicionais —, essa pedagogia dos afetos convoca uma educação do sensível, em que aprender é cuidar, e cuidar é criar espaços de respiração e encontro com o outro.

As pensadoras afro-latino-americanas aprofundam esse horizonte. Para Lélia Gonzalez (2020), a cultura negra é o eixo estruturante da brasilidade, e o Reinado uma de suas expressões mais potentes — síntese entre espiritualidade e política. Ochy Curiel (2016) e Yuderkys Espinosa (2020) propõem feminismos decoloniais que denunciam a colonialidade do saber e afirmam epistemologias enraizadas nas experiências das



mulheres racializadas. Carla Akotirene (2019) define a interseccionalidade como ferramenta para compreender não apenas as opressões, mas também as potências, evidenciando como gênero, raça e religiosidade se entrelaçam nas trajetórias das mulheres do Rosário.

Nessa perspectiva, o Reinado se revela como território político-espiritual, um corpo-comunidade que descoloniza as fronteiras entre fê, arte e ciência. A musicalidade e a dança são linguagens do pensamento — epistemologias do corpo que traduzem saberes ancestrais sem necessidade de validação escrita.

Ao articular História Oral, Cartografia Esquizodramática, Sociopoética (Gauthier, 1999) e Epistemologias Afro-Contracoloniais, esta pesquisa afirma uma prática transgressora, comprometida com a invenção de outros modos de narrar, pensar e existir. Como lembra Sueli Carneiro (2005), “reconhecer as mulheres negras como produtoras de conhecimento é um ato de justiça epistêmica”.

Pensar as narrativas do Rosário a partir das vozes de mulheres negras mineiras implica romper com os modelos eurocêntricos de conhecimento. Aníbal Quijano evidencia como a colonialidade do poder define quem tem o direito de narrar o mundo, e Frantz Fanon aponta que a libertação só é possível quando os sujeitos colonizados reinventam sua humanidade. Grada Kilomba afirma que “falar é reapropriar-se do poder de definir-se”, ideia que ressoa nas falas das Mestras reinadeiras, para quem cantar, rezar e contar são gestos de cura coletiva.

Djamila Ribeiro (2019) entende o feminismo negro como movimento ético e epistêmico que confronta a branquitude e o patriarcado; bell hooks amplia esse horizonte ao propor o amor e o cuidado como práticas políticas de libertação. Nego Bispo (2020) traz a noção de contra colonialidade, saber dos quilombos que pensam o mundo “de dentro da terra e não de cima dela”.

Na filosofia africana, Achille Mbembe (2017) vê o corpo negro como primeiro território colonizado; reocupá-lo — dançando, cantando, narrando — é um ato de libertação. Essa visão converge com Leda Maria Martins, que descreve o Reinado como “performance da ancestralidade”, dramaturgia viva de corpo, canto e memória.

A partir desse entrelaçamento metodológico, delineia-se um campo de saberes e práticas em que a História Oral constitui o ponto de partida para o encontro com as vozes e memórias das mulheres negras, enquanto a Tecnologia Social da Memória



estrutura o modo de devolução e preservação coletiva desses relatos. A Cartografia e o Esquizodrama operam como modos de escrita e cena, permitindo acompanhar os movimentos afetivos e instituintes que emergem nas relações e territórios. Já a Sociopoética amplia a escuta e o gesto criador do grupo, valorizando o conhecimento produzido no corpo e pela experiência. Essa rede de dispositivos compõe uma epistemologia contra colonial, que desloca a pesquisa de uma lógica extrativa para uma ética da coautoria, da implicação e da reparação simbólica das memórias afro-diaspóricas.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, fundamentada na articulação entre História Oral, Sociopoética e Cartografia Esquizodramática. Esse percurso, inspirado nas práticas da Análise Institucional⁸ (Lourau, Baremblytt) e da Esquizodrama, buscou construir um espaço de encontro onde pesquisadoras/es e participantes compartilhassem implicações e afetos.

Foram realizadas nove entrevistas individuais e um encontro coletivo, com mulheres que ocupam lugares de liderança nas Irmandades e Guardas de Nossa Senhora do Rosário, nas cidades mineiras de Divinópolis e Carmo do Cajuru. Algumas entrevistas ocorreram entre abril e setembro de 2024, e as devolutivas entre outubro e dezembro do mesmo ano, outras entre março a julho de 2025, seguidas por rodas coletivas de análise no primeiro semestre de 2025.

A metodologia adotada valoriza a escuta horizontal e o princípio ético da restituição, ou seja, cada entrevistada recebeu as transcrições e pôde revisá-las, alterar trechos e sugerir novas leituras. Esse processo de coautoria transformou a pesquisa em um campo de formação mútua, no qual a palavra, o gesto e o canto emergem como dispositivos de pensamento.

⁸ A Análise Institucional, desenvolvida principalmente por René Lourau e Gregorio Baremblytt, propõe uma perspectiva crítica e autogestionária das práticas sociais e coletivas. Parte da ideia de que toda instituição é atravessada por forças do *instituído* (aquilo que se estabiliza como norma e estrutura) e do *instituinte* (as forças criadoras e transformadoras que questionam o estabelecido). Seu foco está em revelar os analísadores institucionais — acontecimentos, gestos ou discursos que desvelam as contradições e os modos de funcionamento de um coletivo —, promovendo assim processos de autoanálise e autogestão. No campo da pesquisa-intervenção, essa abordagem busca implicar pesquisador(a) e participantes, produzindo conhecimento a partir da experiência e da crítica às hierarquias entre sujeito e objeto da pesquisa (LOURAU, 1993; BAREMBLYTT, 1996).



A Sociopoética, como define Jacques Gauthier (1999), propõe o conhecimento como criação coletiva, sustentado por uma ética da partilha e da imaginação. Essa perspectiva, somada à Cartografia Esquizodramática, permitiu compreender os encontros não como coleta de dados, mas como “cenários de invenção”, nas quais a presença de cada participante modificava o campo e criava sentidos novos.

O percurso metodológico seguiu rigorosamente os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As entrevistas e vivências foram realizadas mediante consentimento livre e esclarecido, respeitando o direito das participantes à revisão das transcrições e à escolha sobre a divulgação de seus nomes e imagens. Os registros orais e visuais integram o acervo coletivo do projeto, de acesso compartilhado entre as participantes e a equipe, compondo um arquivo vivo de memórias. A pesquisa assumiu uma ética da coautoria e da devolutiva, em que o conhecimento produzido retorna às comunidades sob forma de materiais audiovisuais, publicações e encontros formativos, reconhecendo as mulheres não apenas como fontes, mas como sujeitas de saber.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No conjunto das narrativas e encontros, emergiram três analisadores instituintes que atravessaram o campo da pesquisa: Fé-como-cuidado, que revela o Reinado como tecnologia espiritual e terapêutica, em que a reza, o canto e o toque produzem acolhimento coletivo; Corpo-arquivo, onde as mulheres inscrevem na carne a memória viva dos antepassados, performando o documento histórico; e Feminilidades insubmissas, que se afirmam no ato político de ocupar espaços tradicionalmente masculinos — como o toque da caixa — e reinventar a liderança a partir de modos próprios de existir e cuidar.

A partir desses analisadores, as falas das entrevistadas compõem uma tessitura de memórias, afetos e insurgências. O ecoar de suas vozes é o verdadeiro campo de análise e criação: não dados, mas corpos em movimento, onde cada narrativa é território de resistência — um gesto que canta e dança contra o apagamento histórico das mulheres negras e de suas linhagens sagradas.

“Meus pais são reinadeiros, eu recebi o Reinado em herança... onde eu entendi de onde eu vim pra saber pra onde eu vou.” (E1 – Mestra do Rosário). A palavra da



Mestra atravessa o tempo como tambor: cada sílaba carrega séculos de resistência, cada gesto afirma a fé como política. Como diz Lélia Gonzalez, “a gente não tem religião, a gente tem axé” — e o axé dessas mulheres é também ciência da vida e tecnologia da memória.

“A história do meu nascimento foi minha primeira experiência de racismo... Somos irmãos, e ponto.” (E2 – Trabalhadora da cultura e da vida). Essa voz refaz o sentido da palavra família: a ancestralidade se faz de cuidado e partilha. Como ensina bell hooks, “o amor é um ato de resistência” — e o amor dessas mulheres é uma revolução cotidiana.

“A maternidade é jornada sagrada... Fava de eridan te limpa, te equilibra, te deixa leve.” (E3 – Filha de Oxalá e guardiã das ervas). No fogo do fogão, o tempo gira diferente: cada erva é reza, cada panela, altar. A cozinha é laboratório da ciência preta — onde, como aponta Amorim (2010), o saber se aprende pelo corpo, e as mestras são as avós do gesto e do olhar.

“Quem tocava caixa era homem. Eu falei: vou tocar caixa!” (E4 – Artista e capoeirista do Rosário). A dor vira música; o corpo, oráculo. Ao tocar, ela desperta a força das que vieram antes e das que virão. Como lembra Yuderkys Espinosa, “o corpo racializado é também o corpo que inventa o futuro.”

“A fé não é pra se mostrar, é pra se viver.” (E5 – Benzedeira e filha de santo). No silêncio, ela ensina a espiritualidade como ética do cuidado. Seu gesto discreto cura. Guattari chamaria de micropolítica do invisível — onde o simples é também revolução.

“O turbante representa a força das mulheres que vieram antes de mim. A comida tem alma.” (E6 – Educadora e mulher de terreiro). A cozinha, a sala de aula e o terreiro são territórios políticos. Como diz Ochy Curiel, “a decolonização começa no cotidiano, quando a vida volta a ser centro.”

O ecoar dessas vozes é som, corpo e escrita. Elas são arquivo e futuro. O Reinado é mais que festa — é clínica viva, pedagogia do afeto e escola de humanidade.

“O Rosário é minha casa. É aqui que aprendo a ser quem sou.” (E7 – Mestra do Rosário). Quando elas cantam, o tempo se dobra: avós dançam junto, filhas aprendem o toque, e as Mães Negras do Rosário abrem o terreiro da memória, onde o canto é cuidado e o cuidado, reza.

“Quando canto no cortejo, sinto que a água passa por dentro de mim... A gente



lavava roupa e destino.” (E8 – Cantadeira e guardiã das águas). Sua voz nasce na beira do rio Itapecerica: a água é reza que caminha, memória que flui. Como diz Espinosa, “a memória não está atrás de nós, mas no nosso fluxo.”

“A caixa é o coração do Reinado... Me disseram que mulher não podia tocar caixa. Eu toquei.” (E9 – Jovem da Guarda de Congo). Ela representa a nova geração: firme e suave, herdeira das que tocaram escondidas. O toque da caixa é código de resistência e amor, uma feminilidade insurgente que anuncia o futuro — aquele que pulsa nas mãos das meninas que já nascem com ritmo no sangue.

As experiências aqui relatadas oferecem importantes contribuições para a educação básica e superior, sobretudo na implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ao reconhecer o Reinado como território pedagógico, o estudo propõe o “modo Rosário” como uma prática educativa que articula corpo, espiritualidade e memória. A presença das Mestras e Rainhas nas escolas, os cortejos como dispositivos de aprendizagem e os rituais como formas de transmissão do saber ancestral, convidam à construção de currículos decoloniais, sensíveis e plurais. Tais implicações atravessam também a formação docente, exigindo políticas de reconhecimento, espaços de escuta e o fortalecimento das pedagogias afro centradas na vida comunitária.

CONCLUSÕES E POSSIBILIDADES

As narrativas que compõem esta pesquisa configuram-se como territórios de memória e resistência. Ao fazer ecoar as vozes das Rainhas, Mestras e Mães Negras, o projeto *Memórias do Rosário Cantado e Contado* reafirma a potência do Reinado como espaço de cuidado, fé e reinvenção coletiva. O canto, o corpo e o tambor revelam-se aqui não apenas como expressões culturais, mas como epistemologias vivas, capazes de reorganizar o mundo e de produzir conhecimento a partir da experiência negra feminina.

Os resultados indicam que essas histórias, ao serem contadas por quem as vive, deslocam a centralidade do olhar colonial e instauram um outro modo de narrar — mais sensível, encarnado e político. As mulheres do Rosário ensinam que memória é também cura, e que todo gesto de escuta é um gesto de reparação. Nesse sentido, a pesquisa não se encerra: ela se desdobra em novas rodas, em novos cantos, em práticas pedagógicas que afirmam a ancestralidade como fundamento da educação e da vida comunitária.

Assim, conclui-se que as afrografias produzidas neste trabalho não são apenas



registros, mas atos de re-existência. Elas abrem caminhos para pensar uma pedagogia do Rosário — um modo de aprender com o corpo, com a fé e com o território — e apontam para a necessidade de políticas públicas e educacionais que reconheçam as culturas afro-brasileiras como pilares do saber e da dignidade. Como dizem as próprias Mestras: *“Quando o tambor toca, é a história que fala”*.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. 6. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BAREMBLITT, Gregorio. **Esquizodrama: análise institucional e esquizoanálise aplicadas**. Belo Horizonte: IGB, 2012.

BISPO, Antonio (Nego Bispo). **Colonização, quilombos e contracolonialidade**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a LDB para incluir o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**, do Conselho Nacional de Saúde. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CURIEL, Ochy. **Descolonizar o feminismo: uma perspectiva desde a América Latina e o Caribe**. São Paulo: UFABC, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980.



ESPINOSA, Yuderkys. **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

GAUTHIER, Jacques. **A sociopoética: pesquisa e criação de saberes**. São Paulo: Cortez, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras: performance e memória nas expressões da cultura afro-brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

NOGUEIRA, Simone. **Tecnologia Social da Memória: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25–39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history**. Albany: SUNY Press, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

